
INFORME JURÍDICO

ANO XXVI

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

02 / MARÇO / 2022

MERCANTILIZAÇÃO DA PROFISSÃO

ASSOCIAÇÃO E CONSULTORIA DEVEM PARAR DE PRATICAR ATOS PRIVATIVOS DA ADVOCACIA

A 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro determinou que a Associação Nacional de Defesa dos Contribuintes Tributários (ANDCT) e uma consultoria empresarial parem, definitivamente, de praticar qualquer ato de anúncio, de publicidade ou de divulgação de oferta de serviços jurídicos consistentes na angariação ou captação de clientela, sob pena de multa no valor de R\$ 20 mil para cada ato que vier a ser praticado.

[Leia Mais](#)

IPI

DECRETO FAZ REDUÇÃO GERAL DE 25% DE IPI; SÓ CIGARROS FICAM SEM REDUÇÃO

Impacto fiscal estimado ficou em R\$ 19,5 bilhões só em 2022. Leia a íntegra do decreto

FABIO GRANER

[Leia Mais](#)

É POSSÍVEL USAR CRÉDITO DE IPI RESULTANTE DA ENTRADA DE INSUMO TRIBUTADO NA SAÍDA DE PRODUTO NÃO TRIBUTADO

O saldo de crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) decorrente das aquisições de insumos e matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem tributados pode ser aproveitado na saída de produtos industrializados não tributados no período posterior à vigência do artigo 11 da Lei 9.779/1999.

[Leia Mais](#)

ANTERIORIDADE ANUAL

TJ-SP CONCEDE LIMINAR PARA ADIAR COBRANÇA DE DIFAL DO ICMS PARA 2023

Por verificar afronta ao princípio constitucional da anterioridade anual, o desembargador Leonel Costa, da 8ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, concedeu liminar para suspender a cobrança do Difal do ICMS de uma indústria até o dia 31 de dezembro de 2022.

[Leia Mais](#)

TRIBUTÁRIO

RISCO AOS BENEFÍCIOS DE ICMS SOBRE INSUMOS AGROPECUÁRIOS EM SÃO PAULO

Fisco paulista vai na contramão de benefício do Confaz e impacto pode prejudicar o preço de itens essenciais

THIAGO ABIATAR LOPES AMARAL

PAULO HENRIQUE LIGORI FIGUEIREDO

[Leia Mais](#)

PRAZO PARA ADESÃO A ACORDOS DE TRANSAÇÃO É PRORROGADO ATÉ 29 DE ABRIL

Algumas modalidades têm descontos de até 100% sobre os valores de multa, juros e encargos

[Leia Mais](#)

STJ ESTÁ DIVIDIDO SOBRE USO DE CRÉDITOS DE PIS E COFINS DO REGIME MONOFÁSICO

Pedido de vista suspendeu o julgamento

Por Beatriz Olivon, Valor — Brasília

[Leia Mais](#)

NO STJ

JULGAMENTO SOBRE RESPONSABILIDADE DO SÓCIO NO FECHAMENTO IRREGULAR DA EMPRESA É SUSPENSO

Placar está em 2X1 pela possibilidade de responsabilização dos sócios

CRISTIANE BONFANTI

[Leia Mais](#)

JUSTIÇA DIGITAL

CONVÊNIO TRARÁ AVANÇOS PARA PJE E PLATAFORMA DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO

As bases de dados do Processo Judicial eletrônico (PJe) e da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ) passarão a contar com informações mais completas, fidedignas e atualizadas. Esse aprimoramento será possível devido ao contrato estabelecido entre o Conselho Nacional de Justiça e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) neste mês de fevereiro.

[Leia Mais](#)

AGU AFASTA TRIBUTAÇÃO DE TICKET-ALIMENTAÇÃO

União declara que, mesmo antes da reforma trabalhista, não incidia a contribuição previdenciária

Por Gilmara Santos — De São Paulo

[Leia Mais](#)

DIREITO TRIBUTÁRIO

CONFLITO ICMS X ISS NOS CONTRATOS MISTOS ENVOLVENDO LICENCIAMENTO DE SOFTWARE

STF fixa entendimento de que licenciamento e cessão de uso de software somente podem se sujeitar ao ISS

RICARDO MAITTO

JULIANA ROSA

[Leia Mais](#)

JUROS SOBRE DÍVIDA NÃO PAGA NO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE INCIDEM A PARTIR DO VENCIMENTO ORIGINAL

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que, se a dívida vencer em dia não útil, mas o pagamento não for feito no primeiro dia útil subsequente, os juros de mora devem ser contados a partir do vencimento original. Para o colegiado, nesses casos, não incide a regra do artigo 1º da Lei 7.089/1983.

[Leia Mais](#)

STJ DECIDE QUE O NÃO PAGAMENTO VOLUNTÁRIO DE CRÉDITO EXTRAJUDICIAL POR EMPRESA EM RECUPERAÇÃO GERA MULTA E HONORÁRIOS

A multa e os honorários advocatícios decorrentes do não pagamento voluntário da dívida – previstos no artigo 523, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil (CPC) – também são aplicáveis aos créditos extrajudiciais de empresa em recuperação judicial – ou seja, às dívidas que não fazem parte do plano de saneamento.

[Leia Mais](#)

AÇÃO DE REGRESSO PROMOVIDA POR EX-SÓCIO PARA REAVER PAGAMENTO DE DÉBITO TRABALHISTA PRESCREVE EM DOIS ANOS

Considerando que o pedido de ressarcimento do valor de dívida trabalhista paga por terceiro interessado deve prescrever no mesmo prazo em que a ação trabalhista, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que o ex-sócio condenado a quitar débito dessa natureza tem dois anos para pleitear a reparação, conforme o artigo 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal.

[Leia Mais](#)

ASTREINTES E MULTA POR ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA SÃO CUMULÁVEIS, DECIDE TERCEIRA TURMA

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que é possível a cumulação da multa por ato atentatório à dignidade da Justiça (artigo 77, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil de 2015) e da multa diária, ou astreintes (artigo 536, parágrafo 1º, do CPC/2015). Para o colegiado, as multas possuem natureza jurídica distinta; portanto, a sua aplicação conjunta não configura bis in idem.

[Leia Mais](#)

MINISTRA NANCY ANDRIGHI VOTA PELO CARÁTER EXEMPLIFICATIVO DA LISTA DA ANS; NOVO PEDIDO DE VISTA SUSPENDE JULGAMENTO

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) retomou nesta quarta-feira (23) a análise da controvérsia sobre a natureza da lista de procedimentos e eventos em saúde instituída pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) – se taxativa ou exemplificativa, com a consequente definição sobre a possibilidade de os planos de saúde serem obrigados a cobrir procedimentos não incluídos na relação pela agência reguladora.

[Leia Mais](#)

BRIGA MILIONÁRIA ENTRE CAMPARI E STOCK TEM IDAS E VINDAS NO STJ

Processo aguarda julgamento pela 3ª Turma depois de ser adiado

Por Beatriz Olivon

[Leia Mais](#)

"REVISÃO DA VIDA TODA": MAIORIA NO STF VOTA A FAVOR DOS APOSENTADOS

Entenda porque o julgamento ainda não acabou

Por Beatriz Olivon, Valor — Brasília

[Leia Mais](#)

SEM INCIDÊNCIA DE IOF

CARF: DEMORA NO AUMENTO DE CAPITAL NÃO DESCARACTERIZA OPERAÇÃO DE ADIANTAMENTO

Com desempate pró-contribuinte, questão representou 1ª vitória dos contribuintes sobre tema na instância máxima do Conselho
MARIANA RIBAS

[Leia Mais](#)

CINCO VOTOS A TRÊS

CÂMARA SUPERIOR DO CARF MUDA ENTENDIMENTO E PERMITE CONCOMITÂNCIA DE MULTAS

Entendimento muda posicionamento sobre tema, que era decidido na 1ª Turma da Câmara Superior de forma pró-contribuinte

MARIANA BRANCO

[Leia Mais](#)

DESEMPATE PRÓ-CONTRIBUINTE

CARF: CUSTO NA REVENDA DE PRODUTO NO REGIME MONOFÁSICO GERA CRÉDITO DE PIS/COFINS

No regime monofásico, as contribuições devem ser recolhidas apenas em um polo da cadeia produtiva

MARIANA RIBAS

[Leia Mais](#)

UNILEVER X FAZENDA

CARF: ROYALTIES PAGOS POR EMPRESA DO MESMO GRUPO INTEGRAM VALOR ADUANEIRO

Placar na 3ª Turma da Câmara Superior ficou em cinco a três contra o recurso do contribuinte

MARIANA BRANCO

[Leia Mais](#)

SEIS VOTOS A DOIS

CARF MANTÉM RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA A CONSULTOR INDEPENDENTE

Para o fisco, prestador realizava as situações configuradoras da infração ainda que fosse formalmente independente

MARIANA RIBAS

[Leia Mais](#)

LEI DO RIO DE JANEIRO

PGR QUESTIONA AUMENTO DO ICMS SOBRE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO

O procurador-geral da República, Augusto Aras, ajuizou, no Supremo Tribunal, a ADI 7.077, com pedido de medida cautelar, contra lei do estado do Rio de Janeiro que majorou em mais 2% o adicional de ICMS incidente sobre energia elétrica e serviços de comunicação.

[Leia Mais](#)

O QUE ESTÁ EM JOGO NO JULGAMENTO DO REINTEGRA?

Espera-se que a interpretação que será dada pelo STF confira o adequado ressarcimento às empresas que se enquadram nos critérios de aproveitamento do Reintegra

Por Bárbara Bach

[Leia Mais](#)

DIREITO TRIBUTÁRIO

NOVENTENA, ANUALIDADE: QUANDO SE APLICAM?

Entenda quando cada princípio é aplicado e quais tributos estão sujeitos a cada um deles

BÁRBARA MENGARDO

[Leia Mais](#)

ORIENTAÇÃO AO MERCADO

CVM DIVULGA OFÍCIO CIRCULAR ANUAL 2022 PARA COMPANHIAS

Exigências contábeis e divulgação de empréstimos e financiamentos são alguns dos temas de destaque

[Leia Mais](#)

RECEITA FEDERAL DIVULGA AS REGRAS PARA A ENTREGA DA DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA 2022

Expectativa é de que 34,1 milhões de declarações sejam enviadas.

[Leia Mais](#)

ATENDIMENTO

RECEITA FEDERAL ATUALIZARÁ NÍVEL DE SEGURANÇA PARA ACESSAR O E-CAC NESTA SEXTA-FEIRA

O acesso ao Portal e-CAC com a conta gov.br será permitido somente para contas com nível prata ou ouro.

[Leia Mais](#)

VALOR DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA DEVE SER INDICADO NO INVENTÁRIO, DEFINE TERCEIRA TURMA

Nos planos de previdência complementar aberta na modalidade PGBL, a fase de reserva de capital e constituição de patrimônio se assemelha a um investimento tradicional, tendo o titular do plano liberdade em relação à definição dos valores pagos e até sobre a retirada antecipada de parte ou de todo o valor acumulado.

Em razão dessas características, os planos abertos devem ser objeto de eventual partilha ao fim do vínculo conjugal e, caso o titular e o cônjuge faleçam ao mesmo tempo, o montante também deve ser integrado à sucessão, por não estar abrangido pelo artigo 1.659, inciso VII, do Código Civil de 2002.

[Leia Mais](#)

STJ DETERMINA CÁLCULO DO ITBI SOBRE VALOR DE MERCADO DO IMÓVEL

Por unanimidade, ministros da 1ª Seção afastaram a possibilidade de uso do valor venal ligado ao IPTU

Por Beatriz Olivon — De Brasília

[Leia Mais](#)

SEM GLÚTEN

INFORMAÇÃO INCORRETA NA EMBALAGEM DE ALIMENTO GERA DANOS MORAIS COLETIVOS

Levando em consideração o direito do consumidor à informação correta e confiável, a 33ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve sentença que condenou empresa do setor alimentício a remover do mercado lote de macarrão anunciado como sem glúten, mas que testes laboratoriais detectaram a presença da substância.

[Leia Mais](#)

CRIADA COMISSÃO DE JURISTAS PARA REFORMAR OS PROCESSOS ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

Da Agência Senado | 23/02/2022, 16h52

Juristas trabalharão por 180 dias para propor mudanças nos códigos de processo administrativo e tributário

[Leia Mais](#)

PROJETO SUBSTITUI 'TRANSAÇÃO' POR 'NEGÓCIO JURÍDICO' EM LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS

Mudança segue orientação do Conselho da Justiça Federal

[Leia Mais](#)

PLENÁRIO CONCLUI VOTAÇÃO DO PROJETO QUE LEGALIZA JOGOS DE AZAR; VEJA COMO FICOU O TEXTO

Líder do governo alerta para a possibilidade de veto, caso a proposta seja aprovada pelo Senado

Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados

[Leia Mais](#)

MARINHA

PEC DOS TERRENOS DE MARINHA PODE JOGAR DEZENAS DE MILHARES NA DÍVIDA ATIVA, DIZ SPU

Proposta tem grandes chances de provocar um processo de 'grilagem' de terras hoje não demarcadas no litoral, diz Secretaria
FABIO GRANER

[Leia Mais](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".

Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)